



2º Simulado

Pedimos que você faça esse simulado como se estivesse no dia da prova.

Assim:

80 QUESTÕES EM 5 HORAS

SUGESTÃO:

- Reservar **30 MINUTOS** para preenchimento da folha de respostas
- Reservar **30 MINUTOS** para eventuais necessidades (água, lanche, banheiro)
- Reservar **240 MINUTOS** para resolver as 80 questões.

Assim, você terá 3 minutos para cada questão!

Vamos lá!?

Código de Ética e Estatuto da OAB

Questão 01

A respeito do Regulamento Geral da OAB, assinale a alternativa correta.

- a) Os honorários de sucumbência, por decorrerem precipuamente do exercício da advocacia e só acidentalmente da relação de emprego integram o salário ou a remuneração.
- b) Os honorários de sucumbência podem ser considerados para efeitos trabalhistas ou previdenciários.

- c) Os honorários de sucumbência dos advogados empregados não constituem fundo comum, cuja destinação é decidida pelos profissionais integrantes do serviço jurídico da empresa ou por seus representantes.
- d) Considera-se de dedicação exclusiva o regime de trabalho que for expressamente previsto em contrato individual de trabalho. Em caso de dedicação exclusiva, serão remuneradas como extraordinárias as horas trabalhadas que excederem a jornada normal de oito horas diárias.

Questão 02

Sobre o desagravo público, assinale alternativa correta.

- a) O relator pode propor o arquivamento do pedido se a ofensa for pessoal, se não estiver relacionada com o exercício profissional ou com as prerrogativas gerais do advogado ou se configurar crítica de caráter doutrinário, político ou religioso.
- b) Compete ao Conselho Seccional promover o desagravo público de Conselheiro Federal ou de Presidente de Conselho Seccional.
- c) Compete ao Conselho Federal promover desagravo público de Presidente Subseção quando ofendido no exercício das atribuições de seus cargos e ainda quando a ofensa a advogado se revestir de relevância e grave violação às prerrogativas profissionais, com repercussão nacional.
- d) O Conselho Seccional observado o procedimento previsto no art. 18 deste Regulamento, indica seus representantes para a sessão pública de desagravo, na sede do Conselho Seccional, salvo no caso de ofensa a Conselheiro Federal.

Questão 03

De acordo com o Regulamento Geral da OAB, assinale alternativa correta.

- a) Os advogados sócios e os associados respondem subsidiária e limitadamente pelos danos causados diretamente ao cliente, nas hipóteses de dolo ou culpa e por ação ou omissão, no exercício dos atos privativos da advocacia, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar em que possam incorrer.
- b) Ocorrendo vaga de cargo de diretoria do Conselho Federal ou do Conselho Seccional, inclusive do Presidente, em virtude de perda do mandato (art. 66 do Estatuto), morte ou renúncia, o substituto é eleito pelo Conselho Federal.
- c) Os ex-presidentes têm direito a voz nas sessões do Conselho, sendo assegurado o direito de voto aos que exerceram mandato antes de 05 de julho de 1994 ou em seu exercício se encontravam naquela data.
- d) Nenhuma das alternativas.

Questão 04

De acordo com o Regulamento Geral da OAB, assinale alternativa correta.

- a) O voto em qualquer órgão colegiado do Conselho Seccional é tomado por delegação, em ordem alfabética, seguido dos ex-presidentes presentes, com direito a voto.
- b) Os membros da Diretoria votam como integrantes de suas delegações.
- c) O Conselheiro Federal opina e participa da votação de matéria de interesse específico da unidade que representa.
- d) Na eleição dos membros da Diretoria do Conselho Federal votam os Conselheiros Federais e os demais membros.

Questão 05

Sobre as eleições na OAB, assinale alternativa correta.

- a) São admitidas a registro apenas chapas completas, que deverão atender ao mínimo de 30% (trinta por cento) e ao máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.
- b) Para integrar a chapa como candidato deve o advogado somente manter-se regularmente inscrito na respectiva Seccional da OAB, com inscrição principal ou suplementar; estar em dia com as anuidades; não ocupar cargos ou funções incompatíveis com a advocacia, referidos no art. 28 do Estatuto, em caráter permanente ou temporário, ressalvado o disposto no art. 83 da mesma Lei.
- c) O advogado para integrar a chapa como candidato pode ocupar cargos ou funções dos quais possa ser exonerável ad nutum, mesmo que compatíveis com a advocacia; ter sido condenado em definitivo por qualquer infração disciplinar, salvo se reabilitado pela OAB, ou não tenha representação disciplinar em curso, já julgada procedente por órgão do Conselho Federal e exercer efetivamente a profissão, há mais de cinco anos, excluído o período de estagiário, sendo facultado à Comissão Eleitoral exigir a devida comprovação.
- d) São condições de elegibilidade: ser o candidato advogado inscrito na Seccional, com inscrição principal ou suplementar, em efetivo exercício há mais de 06 (seis anos).

Questão 06

Sobre o regulamento geral, assinale alternativa correta.

- a) A resolução do Conselho Seccional que criar a Subseção não precisa fixar sua base territorial.
- b) A resolução do Conselho Seccional não precisa definir os limites de suas competências e autonomia.
- c) A resolução do Conselho Seccional não precisa fixar a data da eleição da diretoria e do conselho, quando for o caso, e o início do mandato com encerramento coincidente com o do Conselho Seccional.

d) A resolução do Conselho Seccional deve definir a composição do conselho da Subseção e suas atribuições, quando for o caso.

Questão 07

De acordo com o Código de Ética, assinale alternativa correta.

- a) O advogado não deve aceitar procuração de quem já tenha patrono constituído, sem prévio conhecimento deste, salvo por motivo plenamente justificável ou para adoção de medidas judiciais urgentes e inadiáveis.
- b) A revogação do mandato judicial por vontade do cliente desobriga do pagamento das verbas honorárias contratadas, assim como não retira o direito do advogado de receber o quanto lhe seja devido em eventual verba honorária de sucumbência, calculada proporcionalmente em face do serviço efetivamente prestado.
- c) O advogado, ao postular em nome de terceiros, contra ex-cliente ou ex empregador, judicial e extrajudicialmente, não deve resguardar o sigilo profissional.
- d) Nenhuma das alternativas.

Questão 08

Sobre o sigilo profissional, assinale alternativa correta.

- a) O sigilo profissional cederá em face de circunstâncias excepcionais que configurem justa causa, como nos casos de grave ameaça ao direito à vida e à honra ou que envolvam defesa própria.
- b) A publicidade profissional do advogado não tem caráter meramente informativo e deve primar pela discrição e sobriedade, não podendo configurar captação de clientela ou mercantilização da profissão.
- c) É permitido ao advogado responder com habitualidade a consulta sobre matéria jurídica, nos meios de comunicação social.
- d) Poderão ser referidos os títulos acadêmicos e profissionais do advogado e as distinções honoríficas relacionadas à vida profissional, bem como as instituições jurídicas de que faça parte, e as especialidades a que se dedicar, o endereço, e-mail, site, página eletrônica, QR code, logotipo e a fotografia do escritório, o horário de atendimento e os idiomas em que o cliente poderá ser atendido.

Filosofia do Direito**Questão 09**

“A luta não é, pois, um elemento estranho ao direito, mas sim uma parte integrante de sua natureza e uma condição de sua ideia.” Rudolf Von Ihering

A obra a luta pelo direito do jurista alemão Rudolf Von Ihering associou o direito à compreensão de luta social. Assinale a assertiva que expressa a ideia de luta pelo direito, de acordo com o referido autor:

- a) Envolve, primordialmente, às classes trabalhadoras, agentes econômicos e empregadores que concorrem para a construção ou desconstrução dos direitos.
- b) Remete a administração da justiça realizada pelo Poder Judiciário, por meio de seus membros e serventuários contra as arbitrariedades e injustiças.
- c) Advém de uma tradição histórica, lenta e gradual de modo que o direito se desenvolve a partir da transformação da linguagem.
- d) A luta pelo direito é em oposição à toda a injustiça, e não se restringe ao trabalho do poder público, mas de todos aqueles que estão na iminência de ter de afirmar seus direitos.

Questão 10

““(…) Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja com toda força comum a pessoa e os bens de cada associado, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedeça, contudo, a si mesmo e permaneça tão livre quanto antes”. Este é o problema fundamental cuja solução é fornecida pelo contrato social.” Jean-Jacques Rousseau

Entre os autores iluministas que buscaram fundamentar o Estado por meio de hipóteses contratualistas, está Jean-Jacques Rousseau. Assinale a alternativa adequada ao autor:

- a) O contrato social nasce em razão da natureza perversa entre os homens, de modo que é preferível um soberano, do que a tirania de todos.
- b) O contrato social surge para superar o caótico Estado de Natureza, deste modo os membros da sociedade cedem sua liberdade ao governante que garante a paz por meio da submissão de todos.
- c) O contrato social é um pacto social, no qual os membros se colocam sob a direção da vontade geral, assim integram uma parte indivisível do todo, sem a renúncia da liberdade.
- d) O contrato social estabelece uma instância acima do cidadão neutra para preservar os direitos naturais, de modo que a liberdade e a propriedade estariam asseguradas.

Direito Constitucional

Questão 11

Rosenval Mitto Júnior (olha ele de novo rs), após se formar em oceanografia na Bahia resolve colocar em prática um desejo profissional idealizado desde de sua época estudantil: um projeto de pesquisa da diversidade marinha na região de Fernando de Noronha. Após mudança para nova localidade, o jovem profissional recebe uma notificação da associação de moradores fixando prazo de 30 (trinta) dias para que o mesmo apresente todos os documentos necessários à sua inscrição na referida associação. Segundo a entidade, essa inscrição se faz necessária tendo em vista o controle de

pessoas residentes na região, para fins de ocupação e preservação ambiental. A associação ressalta em notificação que a não inscrição irá incorrer em multa diária de \$ 5.000,00 (cinco mil reais). Preocupado com os impactos financeiros, Roserval liga para seu amigo Ricardo, experiente advogado que à luz da CRFB/88 afirma que Roserval:

- a) não está obrigado a se associar, a não ser que haja uma notificação judicial;
- b) está obrigado a atender à notificação, tendo em vista a incidência do princípio fundamental da ideologia participativa;
- c) é obrigado a atender à notificação até o momento em que Poder Judiciário o dispensar dessa obrigação;
- d) pode ficar tranquilo e desconsiderar a notificação recebida, pois ninguém é obrigado a associar-se ou permanecer associado contra a sua vontade;

Questão 12

Lorenzo, tendo completado 18 anos e inspirado nos valores políticos de seu avô falecido, o italiano Gianlucca, decide ingressar no mundo da política sendo candidato a vereador. Cumpre destacar que Lorenzo é brasileiro naturalizado, está no pleno exercício dos seus direitos políticos, com filiação em partido e também tem domicílio eleitoral no Município limítrofe àquele em que pretende candidatar-se, detendo assim pleno conhecimento da realidade social. De acordo com o caso em questão, assinale a alternativa correta:

- a) Lorenzo não satisfaz a condição de elegibilidade baseada no critério etário;
- b) as condições de elegibilidade consistentes no critério etário e no domicílio eleitoral foram atendidas;
- c) a condição de elegibilidade consistente na nacionalidade brasileira não foi atendida;
- d) Lorenzo não preenche a condição de elegibilidade consistente no domicílio eleitoral;

Questão 11

População do nordeste do estado X está insatisfeita com a grave crise financeira passada pelo estado, diante da incompetência do governador na gestão do estado no último biênio. Em razão do feito, aprovou em plebiscito o desmembramento de parte do referido território do estado X e sua incorporação ao estado Z, tendo sido aprovado também pela população deste último. Por consequência, os governadores dos dois estados se sensibilizaram com a causa e editaram um ato em conjunto sacramentando o desmembramento e a realização da referida incorporação. Isto posto, tendo em vista o que dispõe a CRFB/88, pode-se afirmar que o procedimento está:

- a) correto, muito embora após a aprovação pelas populações interessadas e a edição de um ato conjunto, cada Assembleia Legislativa deve editar a lei de sua competência;
- b) incorreto, tendo em vista que o princípio da indissolubilidade da Federação impede a possibilidade de alteração entre os estados de ordem territorial;
- c) correto, visto que as populações interessadas foram devidamente ouvidas e houve confirmação entre os governadores;
- d) incorreto, haja vista que além da aprovação pela população diretamente interessada ainda será necessária a aprovação do Congresso Nacional, mediante por lei complementar.

Questão 14

Priscila é servidora pública do Estado da Bahia, mas em 20XY acabou sendo eleita vereadora no Município de Salvador em razão do seu trabalho com crianças carentes no bairro da paz. O horário de trabalho na repartição estadual em que exerce as suas funções se estende, diariamente, das 8h00 às 18h00. Por outro lado, a câmara Municipal informou que as sessões também diariamente das 8h00 às 12h00. Preocupada com o “choque” de horários, Priscila procura seu amigo Igor, advogado experiente no âmbito eleitoral e administrativo, para que o mesmo possa lhe passar algumas orientações. À luz da sistemática constitucional, o advogado a orienta que a partir da posse:

- a) optando pelo mandato eletivo, ela poderá continuar no cargo que ocupa no Estado, mas receberá exclusivamente o subsídio correspondente ao exercício das funções de vereadora;
- b) se assumir o mandato eletivo será afastada do cargo que ocupa no Estado, no entanto receberá a respectiva remuneração juntamente com o subsídio correspondente ao exercício das funções de vereadora;
- c) optando pelo mandato eletivo, ela será exonerada do cargo estadual, pois é vedada a acumulação de cargos públicos;
- d) se assumir o mandato eletivo será afastada do cargo que ocupa no Estado, mas poderá optar entre esta remuneração e o subsídio correspondente ao exercício das funções de vereadora.

Questão 15

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu seção própria para tratamento de normas acerca da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Nesse sentido, assinale a alternativa incorreta.

- a) O TCU aprecia, para fins de registro, a legalidade dos atos de concessão de aposentadorias, reformas e pensões, exceto as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

- b) O TCU tem o papel de fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo;
- c) O TCU tem o papel de julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta;
- d) O TCU tem o papel de julgar as contas públicas prestadas pelo Presidente da República, em auxílio ao controle externo exercido pelo Congresso Nacional.

Questão 16

Tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal de 1988 acerca do Poder Judiciário, compete ao STF, precipuamente, a guarda da Constituição, não lhe cabendo processar e julgar, originariamente:

- a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
- b) o Presidente da República, nas infrações penais comuns.
- c) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.
- d) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias.

Questão 17

À luz da ordem jurídica constitucional, pode-se afirmar que são parâmetros para o reconhecimento da inconstitucionalidade de uma norma:

- a) as normas do corpo permanente da Constituição, as disposições Constitucionais Transitórias e o Preâmbulo;
- b) o Preâmbulo e as normas do corpo permanente da Constituição;
- c) apenas as normas do corpo permanente da Constituição.
- d) as normas do corpo permanente da Constituição, as Disposições Constitucionais Transitórias e o texto das Emendas Constitucionais.

Direitos Humanos**Questão 18**

Em 2017, quase 18 mil venezuelanos pediram refúgio ao Brasil devido à crise político-econômica no país vizinho. Segundo dados do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), o número de solicitações foi cinco vezes maior que o registrado em 2016, quando 3.354 venezuelanos requisitaram refúgio. Além disso, entre maio e dezembro do ano passado, cerca de 8,5 mil venezuelanos requereram residência temporária em território brasileiro – números ainda não confirmados pelo Ministério da Justiça e pelo Comitê Nacional para os Refugiados. (Agência Brasil)

Tendo em vista o texto acima e o disposto na Convenção e no Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados, assinale que retrata o princípio da proibição de expulsão ou de rechaço expressamente prevista:

- a) O Brasil não poderá expulsar venezuelano para o país de origem caso haja ameaça à vida ou liberdade em razão por opiniões políticas, exceto se considerado um perigo à segurança do Brasil ou se condenado por crime grave.
- b) O Brasil não poderá expulsar venezuelano para o país de origem caso haja ameaça à vida ou liberdade em razão por opiniões políticas, mesmo se considerado um perigo à segurança do Brasil ou se condenado por crime grave.
- c) O referido princípio implica na vedação da expulsão para o país de origem caso haja ameaça à vida ou liberdade em razão por questões de raça ou religião, não abrangendo a ameaça à vida ou liberdade por razões políticas.
- d) O Brasil poderá expulsar venezuelano para o país de origem caso haja ameaça à vida ou liberdade em razão por opiniões políticas em nosso território.

Questão 19

Durante a realização de evento esportivo na Rússia, um grupo de brasileiros, valendo-se da disparidade entre as línguas, faz a gravação de vídeo expondo uma russa constrangimento ao fazê-la repetir palavras obscenas.

Tal situação viola, à luz dos Direitos Humanos, as regras contidas na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

De acordo com o documento internacional, cabe ao Estado Russo, a fim de elidir práticas discriminatórias contra a mulher, entre outras medidas:

- a) Consagrar normas infraconstitucionais protetivas à mulher, vedando-se a previsão de regras protetivas na Constituição.
- b) Adotar medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher por pessoas naturais, não podendo, entretanto, impor sanções a organizações e empresas.
- c) Derrogar leis internas que constituírem discriminação contra a mulher.
- d) Prever medidas sancionatórias por atos discriminatórias, vedando-se a previsão de ações afirmativas.

Direito Internacional

Questão 20

Sobre a Lei de Migração, assinale a alternativa correta.

- a) A deportação é medida decorrente de procedimento administrativo que consiste na retirada compulsória de pessoa que se encontre em situação migratória irregular e que tenha cometido crime em território nacional.
- b) A deportação será precedida de notificação pessoal ao deportando, da qual constem, expressamente, as irregularidades verificadas e prazo para a regularização não inferior a 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado, por igual período, por despacho fundamentado e mediante compromisso de a pessoa manter atualizadas suas informações domiciliares.
- c) A deportação não exclui eventuais direitos adquiridos em relações contratuais ou decorrentes da lei brasileira.
- d) A saída voluntária de pessoa notificada para deixar o País não equivale ao cumprimento da notificação de deportação para todos os fins.

Questão 21

Sobre a Lei de Migração, assinale a alternativa correta.

- a) A naturalização somente pode ser ordinária, extraordinária e especial.
- b) Será concedida a naturalização ordinária àquele que preencher as seguintes condições ter capacidade civil, segundo a lei brasileira, ter residência em território nacional, pelo prazo mínimo de 6 meses.
- c) O naturalizado perderá não perderá a nacionalidade em razão de condenação transitada em julgado por atividade nociva ao interesse nacional
- d) A naturalização provisória poderá ser concedida ao migrante criança ou adolescente.

Direito Tributário**Questão 22**

A União fixou a alíquota do IPI incidente sobre a cachaça em 75% e a alíquota incidente sobre o suco de frutas em 15%. Paralelamente, o Estado X fixou a alíquota do ICMS incidente sobre a circulação de feijão em 0% (amparado em convênio aprovado junto ao CONFAZ) e a alíquota incidente sobre a circulação de cigarro em 18%. Sobre as hipóteses é correto afirmar que a diferenciação das alíquotas relativamente a cada tipo de imposto:

- a) Decorre do Princípio da Seletividade, que é de observância obrigatória para o IPI e para o ICMS.
- b) Decorre do Princípio da Seletividade, que é de observância obrigatória para o IPI e facultativa para o ICMS.
- c) Decorre do Princípio da Seletividade, que é de observância facultativa para o IPI e para o ICMS.
- d) Decorre do Princípio da Seletividade, que é de observância facultativa para o IPI e obrigatória para o ICMS.

Questão 23

O Município M inscreveu determinado contribuinte na Dívida Ativa em 28/08/2017 pelo não pagamento do IPTU do exercício de 2017. Após essa inscrição o Município ajuizou a respectiva Execução Fiscal em 15/03/2018 e somente após a tentativa de citação, em 21/05/2018, obteve a informação de que o contribuinte, executado, faleceu em 15/04/2016. Diante desse cenário, à luz da jurisprudência do STJ está correto o que se afirma em:

- a) A CDA poderá ser emendada ou substituída até a decisão de primeira instância, indicando o espólio do executado e os seus sucessores como sujeitos passivos.
- b) O Município poderá pedir a inclusão do espólio do executado e dos seus sucessores no polo passivo da Execução Fiscal, eis que o vício é sanável.
- c) A execução fiscal prosseguirá normalmente, com a penhora de bens do espólio, independentemente deste figurar no polo passivo da execução fiscal.
- d) A execução fiscal deve ser extinta, pois o título executivo possui um vício insanável.

Questão 24

O Chefe do Poder Executivo Federal majorou as alíquotas do IRPF – Imposto de Renda da Pessoa Física por meio de Medida Provisória publicada em 25/04/2017, mantendo inalteradas, no entanto, as faixas de rendimento sobre as quais se dá a incidência do imposto. Essa majoração:

- a) Produzirá efeitos após 90 dias, contados da publicação da Medida Provisória, em obediência ao Princípio da Anterioridade Nonagesimal.
- b) É inconstitucional, pois as alíquotas do IR – Imposto de Renda não podem ser majoradas por meio de Medida Provisória, em obediência ao Princípio da Legalidade Tributária.
- c) Produzirá efeitos no exercício de 2018 se for convertida em lei até o término de 2017.
- d) É inconstitucional, por se tratar de matéria reservada à Lei Complementar.

Questão 25

Determinada autarquia federal importou, diretamente, sem a intermediação de terceiros (importação direta), bens relacionados com suas finalidades essenciais. Sobre a hipótese, assinale a alternativa correta:

- a) A autarquia é imune quanto à incidência do ICMS.
- b) A autarquia não é imune quanto à incidência do ICMS, pois ela é contribuinte de fato do imposto.
- c) A autarquia é imune quanto à incidência do ICMS, desde que atenda as condições e requisitos estabelecidos em lei federal de caráter nacional.
- d) A autarquia não é imune quanto à incidência do ICMS e o imposto deverá ser pago, no Brasil, pelo vendedor dos bens

Questão 26

A pessoa jurídica X deixou de quitar débitos relativos à CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Após a regular inscrição em dívida ativa, foi proposta a consequente execução fiscal para a cobrança desses débitos. Com a citação, a executada houve por bem oferecer bens à penhora, que foram aceitos pela Fazenda Pública exequente, tendo em vista sua intenção de opor Embargos à Execução Fiscal, por entender que os valores não são devidos. Os Embargos à Execução Fiscal já foram opostos e aguardam julgamento. Ocorre que a pessoa jurídica X, executada, pretende participar de uma licitação, em relação à qual terá que apresentar, necessariamente, uma certidão de regularidade fiscal quanto aos tributos federais. Considerando apenas os dados apresentados, é possível afirmar que a pessoa jurídica executada:

- a) Não poderá participar da licitação, pois há crédito tributário vencido e não pago.
- b) Poderá participar da licitação somente após a extinção do crédito tributário.
- c) Poderá participar da licitação, pois a existência de débito em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora enseja a expedição de Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos.
- d) Poderá participar da licitação somente se previamente autorizada por meio de despacho da autoridade responsável pelo certame.

Direito Administrativo**Questão 27**

Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa, devendo-se observar:

- a) constitui parceria público-privada a concessão quando não envolver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado;
- b) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- c) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);
- d) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo período de prestação do serviço seja inferior a 3 (três) anos.

Questão 28

Em relação às Organizações Sociais e às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, assinale a alternativa correta:

- a) Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no

mínimo, 3 (três) anos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos pela Lei nº 9.790/99;

b) O Poder Executivo poderá qualificar como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público quaisquer pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde;

c) As sociedades comerciais são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público;

d) Não é permitido ao Poder Executivo a cessão especial de servidor para as organizações sociais, com ônus para a origem

Questão 29

Sobre as diretrizes constitucionais da política de desenvolvimento urbano, assinale a alternativa correta:

a) Todas as desapropriações de imóveis urbanos serão feitas mediante prévia e justa indenização em dinheiro, sem ressalvas, por expressa determinação constitucional.

b) É facultado ao Poder Público municipal, mediante Decreto específico para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos de lei municipal, do proprietário de solo urbano não edificado que promova seu adequado aproveitamento, sob pena de imposição de penalidades sucessivas.

c) Aquele que possuir como sua área urbana de até 250 metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não se trate de imóvel público e que o possuidor não seja proprietário de outro imóvel.

d) O cumprimento da função social da propriedade urbana dependerá do atendimento às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor do Município, aprovado pelo Senado Federal e obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes.

Questão 30

Durante rebelião em um presídio, Charles, condenado a vinte e oito anos de prisão por diversos crimes, decidiu fugir e, para tanto, matou o presidiário Valmir e o agente penitenciário Vicente. Com referência a essa situação hipotética e à responsabilização da administração, assinale a alternativa correta.

a) Se a família de Valmir decidir pleitear indenização ao Estado, terá de provar, além do nexo de causalidade, a existência de culpa da administração, pois, neste caso, a responsabilidade do Estado é subjetiva.

b) O Estado não responde pelos danos causados a presidiários, haja vista a situação periclitante ocasionada pelos próprios detentos.

- c) A família de Valmir poderá pleitear indenização em face do Estado devendo a responsabilização do ente público nestes casos ocorrer de forma objetiva, em razão da falha no dever de guarda do presidiário.
- d) Charles não responderá por quaisquer dos crimes cometidos durante sua fuga porque exerceu seu direito de lutar por sua liberdade.

Questão 31

Cidadão que pretenda obter, judicialmente, a anulação de atos de despesas com hospedagem e alimentação de familiares do Presidente da República, autorizados e praticados em viagem oficial pelo próprio chefe do Executivo federal, bem como o consequente ressarcimento ao erário das verbas dispendidas a esse título, sob alegação de ofensa à moralidade administrativa e lesividade ao patrimônio público, poderá, em tese, valer-se de

- a) ação civil pública, de competência do Supremo Tribunal Federal.
- b) ação popular, de competência do Supremo Tribunal Federal.
- c) mandado de segurança, de competência do Supremo Tribunal Federal.
- d) ação popular, de competência da Justiça federal.

Questão 32

Em uma repartição pública municipal são feitas, periodicamente, contratações regulares de estagiários, atendendo ao interesse público e também permitindo que o Poder Público contribua para a capacitação dos universitários. Constatou-se, certa vez, que um dos estagiários que atuava em determinado setor vinha cobrando pelo fornecimento de informações e certidões cuja gratuidade é garantida por lei. Os valores coletados, apurou-se, destinavam-se ao uso particular do referido estagiário. Considerando o que dispõe a Lei nº 8.429/1992, o estagiário:

- a) pode ser processado por ato de improbidade, não sendo exigida comprovação de prejuízo ao erário, mas sim da conduta dolosa do autor do ato.
- b) somente poderá ser incurso nas disposições da lei de improbidade se ficar comprovado dolo, o que confere maior rigor para enquadramento como sujeito passivo.
- c) pode ser punido por ato de improbidade, visto que está abrangido pelo conceito de agente público para aquela finalidade, sendo necessária a comprovação de dolo e de prejuízo ao erário.
- d) pode ser punido por ato de improbidade caso tenha ingressado na Administração pública por meio de concurso público e já tenha decorrido o período de estágio probatório, o que lhe conferirá o status de servidor público.

Direito Ambiental

Questão 33

O Governo Federal pretende criar uma unidade de conservação de proteção integral no Estado do Pará, com o objetivo básico de preservar os ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

De acordo com a Lei 9.985/00 e as disposições constitucionais, marque a opção correta:

- a) A criação de um Parque Nacional atenderia aos propósitos do Governo, haja vista ser uma categoria de unidade de conservação pertencente ao grupo de proteção integral e que atende aos objetivos desejados.
- b) Independentemente da categoria escolhida, a unidade de conservação a ser criada não precisará ter zona de amortecimento e corredores ecológicos.
- c) Para a criação da unidade de conservação, consulta pública e estudos técnicos não são obrigatórios.
- d) Para atender aos propósitos desejados, o Governo pode criar por intermédio de um decreto uma área de proteção ambiental (APA).

Questão 34

Governo Federal irá licenciar diversos empreendimentos de infraestrutura. De acordo com as normas ambientais e as disposições constitucionais, marque a opção correta:

- a) Se a obra ou atividade for potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, o estudo prévio de impacto ambiental será exigido.
- b) No caso de haver necessidade de EIA/RIMA, este será totalmente sigiloso por ser uma obra estratégica para o Governo.
- c) Embora haja normas infraconstitucionais a respeito do tema, a Constituição Federal de 1988 é silente com relação à exigência de estudo prévio de impacto ambiental.
- d) O EIA/RIMA será exigido para toda e qualquer obra ou atividade potencialmente causadora de qualquer dano ao meio ambiente.

Direito Civil

Questão 35

Igor é fiador de Fernando num contrato celebrado por este com Diego. Depois do inadimplemento de Fernando, Igor alega que a cobrança realizada por Diego é indevida, porque ele praticou ato que extinguiu o contrato.

Assinale a alternativa a qual indica corretamente não ter havido extinção da fiança:

- a) se Igor indicar que Fernando tem patrimônio suficiente para arcar com a dívida, alegando haver o benefício da excussão.
- b) se, sem consentimento de Igor, Diego conceder moratória ao Fernando.
- c) se, por ato praticado por Diego, for impossível a sub-rogação de Igor em seus direitos e preferências em relação a Fernando.
- d) se Diego, em pagamento da dívida, aceitar amigavelmente de Fernando um veículo, ainda que depois venha a perdê-lo por evicção.

Questão 36

Renato, colecionador de relíquias antigas, descobre, em pesquisa a seus registros pessoais, que o navio no qual sua família chegou ao Brasil afundou em território brasileiro. Posteriormente, em contato com a Marinha, acaba por saber que há registros navais sobre o afundamento. Desejoso de encontrar objetos de sua família para expor em um museu que há tempos vinha imaginando criar, parte para realizar buscas da embarcação. Depois de dois anos sem êxito, anuncia que dará R\$ 1 milhão a quem encontrar e lhe indicar precisamente as coordenadas geográficas do HMS Borelli. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- a) se Paulo encontrar os destroços e informar a Renato, Pedro, que também o encontra, mas posteriormente a Paulo, terá direito à indenização pelos gastos que tiver, dado que a promessa não tem prazo.
- b) se Paulo e Pedro encontrarem simultaneamente o navio, Renato deve sortear a quantia prometida entre os dois, sendo que o vencedor não tem de indenizar o perdedor pelo seu quinhão.
- c) se Paulo e Pedro encontrarem simultaneamente o navio, Renato deve sortear a quantia prometida entre os dois, sendo que o vencedor tem de indenizar o perdedor pelo seu quinhão.
- d) se Paulo e Pedro encontrarem simultaneamente o navio, Renato deve sortear entre os dois o veículo prometido, no valor de R\$ 1 milhão, sendo que o vencedor tem de indenizar o perdedor pelo seu quinhão.

Questão 37

Rosenval sofre uma tentativa de roubo em seu refúgio ecológico. Os meliantes, no ato, desferem um tiro contra ele. Posteriormente, se descobre que o ato fora uma represália de um rico fazendeiro local, em virtude do ativismo de Rosenval pela proteção do meio ambiente. O Ministério Público denuncia o fazendeiro e uma ação penal começa a tramitar. O juiz cível, então, suspende a ação de reparação movida por Rosenval contra o mandante do crime. Sobre a responsabilidade civil, assinale a alternativa correta.

- a) a responsabilidade civil depende da criminal, pelo que a decisão na ação penal faz coisa julgada no cível.
- b) se o fazendeiro for inocentado por ausência de provas, a ação de indenização de Roserval deve ser julgada improcedente pelo juiz cível.
- c) se o fazendeiro for condenado no cível, pode o juiz criminal inocentá-lo no juízo criminal.
- d) a negativa de autoria ou de materialidade sempre fazem coisa julgada no juízo cível.

Questão 38

Manoela e Helena são primas. Apaixonadas, pretendem se casar. Manoela tem Síndrome de Down, pelo que precisa da assistência dos pais quando pretende realizar algum ato jurídico mais complexo. Helena, com 17 anos de idade, não consegue autorização do pai, que se nega a fornecê-la porque não quer que a filha se case com alguém nas condições de Manoela. Celebrado o casamento, é correto afirmar que ele é

- a) nulo, pois há impedimento absoluto previsto no Código Civil para o casamento a ser realizado entre parentes de terceiro grau.
- b) nulo, já que o STJ permite apenas a união estável entre pessoas do mesmo sexo, proibindo-se o matrimônio.
- c) anulável, porque uma das nubentes, já em idade núbil, não possui autorização do responsável legal
- d) anulável, porque Manoela não tem o necessário discernimento para a prática do ato

Questão 39

Segundo o Código Civil, não se extingue o poder familiar dos pais sobre os filhos:

- a) pela morte de um dos genitores.
- b) pela maioridade.
- c) pela emancipação voluntária.
- d) por decisão judicial, em caso de abuso de autoridade reiterada.

Questão 40

Daniela e Rodrigo, professores, querem se casar. Ambos, iniciando a vida financeira e muito apaixonados, resolvem se casar no regime da comunhão universal de bens. Posteriormente, depois de muitos anos de convivência, pretendem se divorciar. Assinale a alternativa que indica corretamente aquilo que não integrará a comunhão e consequente partilha:

- a) o veículo que Rodrigo comprou com o dinheiro oriundo da venda da casa de seu falecido pai, recebida por direito hereditário, clausulado o bem com incomunicabilidade.

- b) a dívida que Rodrigo tinha, antes de casar, proveniente do pagamento do buffet da festa de casamento, para surpreender Daniela, que não sabia da contratação daquele chique chef de cozinha.
- c) a dívida do financiamento imobiliário que Daniela fez antes de casar, para a aquisição do apartamento no qual o casal passou a morar.
- d) a herança que Daniela receber em virtude do falecimento de seu avô, em data posterior ao casamento dela com Rodrigo.

Questão 41

Priscila pretende construir uma casa no terreno recém-adquirido, depois do sucesso de vendas de seu livro de prática trabalhista. Ricardo, seu vizinho e professor de Direito, ao conhecer a nova vizinha e o projeto apresentado pelo arquiteto, a alerta que um item da edificação está em desacordo com a legislação sobre as edificações. Assinale a alternativa que indica corretamente qual seria a obra que violaria as normas construtivas previstas no Código Civil brasileiro.

- a) o terraço do segundo piso do imóvel que fica a dois metros do muro divisório.
- b) o muro, que invade o terreno de Ricardo, proporcionalmente, na meia espessura.
- c) a parede de tijolos de vidro, oblíqua ao terreno de Ricardo, situada a um metro do terreno deste.
- d) a janela de meio metro de comprimento, situada a mais de dois metros de altura, distante um metro do terreno de Ricardo.

Direito da Criança e do Adolescente**Questão 42**

Marcelle e Fernando, casados, ela com 20 anos, ele com 25, decidem ingressam com pedido de habilitação para adoção perante a Vara da Infância e Juventude de Cascavel/PR. Habilitados, e após aguardarem por 6 meses, procuram orientação jurídica. Informam a Paulo, procurador jurídico do casal, que pretendem adotar a menina Daniela, de 8 anos, que se encontra acolhida no Programa Família Acolhedora de Cascavel/PR há vários anos, aguardando para ser adotada.

Considerando apenas as informações narradas, assinale a alternativa que indica a orientação correta a ser dada pelo advogado de Marcelle e Fernando.

- a) O casal não poderá adotar, pois Marcelle tem apenas 20 anos de idade e o Estatuto da Criança e do Adolescente exige dos pretendentes à adoção, 21 anos de idade.
- b) O casal poderá adotar Daniela, desde que demonstrem documentalmente que a menina está acolhida há mais de 2 anos, aguardando família substituta.

- c) O casal poderá adotar Daniela desde que demonstre que a adoção atende ao superior interesse da criança.
- d) O casal não poderá adotar, pois o adotante deve ser, pelo menos, 18 anos mais velho que o adotando.

Questão 43

Karoline e Igor, casados há 5 anos, e com dificuldades na condução do casamento, passam a discordar quanto ao exercício do poder familiar de Priscila, cinco anos.

Além disso, após o acidente que vitimou seus pais, Karoline envolveu-se fortemente com o alcoolismo, de modo que Priscila, com frequência, é exposta a situações de risco.

Igor preocupado com o alcoolismo de Karoline procura advogado para pleitear a guarda unilateral de Priscila.

Diante do exposto, a ação de guarda será ajuizada:

- a) perante o juízo cível da comarca do foro de residência da ré, Karoline.
- b) perante o juízo cível da comarca do foro de residência da criança, Priscila.
- c) perante o juízo de família da comarca do foro de residência da criança.
- d) perante o juízo da infância e juventude do foro da residência da criança.

Direito do Consumidor**Questão 44**

Pedro finalmente conseguiu realizar a viagem de seus sonhos: Brasil -> Chile. Após longo passeio, retornou do aeroporto da capital chilena diretamente para Brasília. Porém, sua alegria durou pouco: após muito esperar no carregamento das bagagens, percebeu que suas malas haviam sido extraviadas. Desesperado, Pedro lhe pede assessoria jurídica, devendo este receber a informação correta de que:

- a) não caberá indenização no caso de extravio de bagagens, visto que não há qualquer responsabilidade por parte da empresa aérea;
- b) terá plena aplicação do Código de Defesa do Consumidor, visto que a relação entre Pedro e a empresa aérea é de consumo;
- c) deverá ser aplicada a Convenção de Varsóvia, visto ser o caso de voo internacional;
- d) o Poder Judiciário brasileiro é incompetente para julgar a causa, devendo esta ser julgada pelo Chile, ainda que reste comprovado a ocorrência do vício na prestação do serviço em solo brasileiro

Questão 45

A mãe de João organizou a festinha de 05 anos de seu filho e convidou todos os colegas do colégio. A festa estava farta, principalmente de docinhos, já

que fora contratada empresa para fornecer 1.000 unidades de brigadeiro. Durante a festa tudo ocorreu bem, tendo a mãe de João recebido vários elogios pela organização.

No dia seguinte, várias crianças que haviam comido os docinhos na festa de João foram internados com infecção alimentar, sendo posteriormente comprovado que os docinhos estavam impróprios para o consumo por ter sido utilizado leite condensado entregue/vencido. Nessa situação:

- a) os pais das crianças internadas só poderão ajuizar ação indenizatória contra a mãe de João, visto que organizou a festa e assumiu a responsabilidade por qualquer fato ou vício nos docinhos;
- b) a empresa que forneceu os docinhos é responsável pelos danos, não sendo necessária a comprovação de culpa desta, sendo parte legítima para pleitear indenização exclusivamente a mãe de João;
- c) aplica-se ao caso o Código Civil, visto que, em relação às crianças convidadas, não há como considerar uma relação de consumo entre elas a empresa dos docinhos;
- d) o CDC tem plena aplicação mesmo em relação às crianças convidadas, visto que são consumidores por equiparação.

Direito Empresarial

Questão 46

Maciel e Dani pretendem constituir uma sociedade do tipo limitada, porque não pretendem responder subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Na consulta realizada previamente a um advogado, foram informados de que, nesse tipo societário, todos os sócios respondem:

- a) *solidariamente pela integralização do capital social.*
- b) *até o valor da quota de cada um, sem solidariedade entre si e em relação à sociedade.*
- c) *até o valor da quota de cada um, após cinco anos da data do arquivamento do contrato.*
- d) *solidariamente pelas obrigações sociais.*

Questão 47

Alimentos Orgânicos Tio Rosê Ltda. ME sacou duplicata de venda no valor de R\$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais) em face de I. Maciel EIRELI. A duplicata não foi remetida ao aceite do sacado e, após o vencimento, o sacador pretendeu cobrá-la judicialmente apresentando tão somente o comprovante de entrega do produto vendido.

Sobre a duplicata, nas condições descritas, é correto afirmar que

- a) *é título executivo extrajudicial, porque o credor comprovou o vínculo obrigacional que motivou o saque;*

- b) não é título executivo extrajudicial, porque não foi levada a protesto por falta de pagamento, apesar de existir documento comprovando a entrega da mercadoria;*
- c) não é título executivo extrajudicial, porque o vendedor não a remeteu ao sacado para aceite, apesar de existir documento comprovando a entrega da mercadoria;*
- d) é título executivo extrajudicial, porque se trata de título de crédito formal e abstrato, bastando para sua validade e executividade a assinatura do sacador;*

Questão 48

Dieguito pretende ingressar num sistema de franquia empresarial e consulta a circular de oferta fornecida pelo franqueador.

Ao ler o documento, Dieguito percebe que apenas uma das informações da circular está de acordo com a legislação, qual seja:

- a) informação ao franqueado sobre a remuneração devida ao franqueador pelo uso do sistema, da marca ou em troca dos serviços efetivamente prestados pelo franqueador ao franqueado;*
- b) apresentação pelo franqueador ao franqueado dos balanços e das demonstrações financeiras relativos ao último exercício social;*
- c) estipulação de que o contrato de franquia a ser celebrado somente terá validade a partir da sua inscrição no Registro de Títulos e Documentos – RTD;*
- d) declaração de que o franqueador assegurará ao franqueado direito de uso de marca, associado ao direito de distribuição de produtos, com a caracterização do vínculo empregatício entre eles*

Questão 49

A sociedade empresária Menezes Veículos Ltda. pretende requerer sua recuperação judicial. Ao analisar a minuta de petição inicial, o gerente administrativo listou os impedimentos ao pedido de recuperação.

Assinale a opção que apresenta um desses impedimentos.

- a) O devedor ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial.*
- b) O devedor possuir ativo que não corresponda a, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) do passivo quirografário.*
- c) O devedor deixar de requerer sua autofalência nos 30 (trinta) dias seguintes ao vencimento de qualquer obrigação líquida.*
- d) A sociedade ter como administrador pessoa condenada por crime contra o patrimônio ou contra a fé pública.*

Questão 50

Uma sociedade empresária com sede em Londrina/PR, composta por três sócios pessoas naturais, adotou o nome empresarial "Torques, Sousa & Guimarães".

Sobre esse nome empresarial, assinale a afirmativa correta.

- a) *Trata-se de denominação adotada por sociedade em comandita por ações.*
- b) *Trata-se de firma social adotada por sociedade cooperativa.*
- c) *Trata-se de denominação adotada por sociedade anônima.*
- d) *Trata-se de firma adotada por sociedade em nome coletivo.*

Direito Processual Civil

Questão 51

Rosenval propõe ação de indenização, por danos morais e materiais, em face de Paulo, atribuindo à causa o valor de R\$ 100.000,00, em razão contrato não cumprido. Distribuída a ação ao juízo da 3ª Vara Cível de Cascavel/PR, toma-se conhecimento de que o Paulo está preso, em cumprimento de sentença penal condenatória. Citado pessoalmente, não contesta o pedido.

Você, procurador de Rosenval, ao ser questionado pelo cliente sobre os próximos passos do processo, acertadamente, informa que:

- a) Devido à não contestação da parte ré, irá pugnar ao juízo pela decretação da revelia com subsequente julgamento antecipado do mérito em razão da presunção de veracidade dos fatos alegados na petição inicial.
- b) Procederá a requerimento para certificação da preclusão temporal e subsequente encaminhamento dos autos ao Ministério Público para parecer.
- c) O juízo irá nomear curador especial a Paulo, para tutela dos seus interesses em juízo, dada a revelia do réu que se encontra preso.
- d) Em razão da prisão, o processo será suspenso até o cumprimento da sentença penal condenatória.

Questão 52

Priscila firmou contrato de locação de imóvel urbano com Daniela. Após sucessivas tentativas de regularização dos aluguéis atrasados, Priscila propõe ação visando o recebimento dos aluguéis vencidos, além de indenização por danos materiais. Sobreveio a sentença de procedência total dos pedidos, com intimação pelo Diário de Justiça Eletrônico em 27/6/2018, quarta-feira.

Considerando inexistir feriados no mês de julho, os embargos de declaração poderão ser opostos até:

- a) dia 2/7, segunda-feira.
- b) dia 3/7, terça-feira.
- c) dia 4/7, quarta-feira.

d) dia 5/7, quinta-feira.

Questão 53

A citação é definida como o ato de integração do réu à lide. É por intermédio desse ato processual que temos a perfectibilização da relação processual. Constitui, portanto, requisito processual de validade do processo. De acordo com o Código de Processo Civil, a citação induz efeitos materiais e processuais.

A respeito da citação, assinale a alternativa correta:

- a) Para a validade do processo é indispensável a citação do réu, contudo, em casos de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido, ela será dispensada.
- b) A citação válida, desde ordenada por juízo competente, induz a litispendência.
- c) A citação válida, desde ordenada por juízo competente, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor.
- d) A citação válida torna prevento o juízo.

Questão 54

Em razão de enfermidade, Diego ajuizou ação com objetivo de exigir que o plano de saúde custeasse tratamento indicado pelo médico. O plano de saúde Morte Certa S/A alegou a não cobertura em contrato. Diante da necessidade, em razão da piora do quadro clínico, o procurador de Diego requereu tutela provisória para determinação, sem oitiva da parte contrária, de ordem para imediato custeio do tratamento pretendido pelo médico.

Em relação à tutela provisória pretendida, segundo o Código de Processo Civil, terá natureza de:

- a) tutela de evidência.
- b) tutela de urgência cautelar.
- c) tutela de urgência antecipada.
- d) tutela de urgência inibitória.

Questão 55

Marcelle contrata Fernando para realizar serviços de pintura, não obstante o pagamento integral e à vista efetuado por Marcelle, os serviços não foram prestados na forma combinada entre as partes. Sem sucesso em compor extrajudicialmente o conflito, Marcelle ajuíza ação de indenização pelos danos causados, declinando na petição inicial não ter interesse algum na conciliação.

Registrada e distribuída a ação, Fernando é citado. O procurador do réu informa, 20 dias antes da audiência, que também não pretende conciliar.

Diante do exposto é correta a atitude do juízo:

- a) Manter a audiência designada com o fim de convencer as partes sobre as vantagens da conciliação, dispensada a aplicação de multa.
- b) Despachar alertando as partes que o não comparecimento ao ato designado é considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa e até 10% sobre a vantagem econômica pretendida ou valor da causa.
- c) Despachar alertando as partes que o não comparecimento ao ato designado é considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa e até 2% sobre a vantagem econômica pretendida ou valor da causa.
- d) Cancelar a audiência e aguardar a contestação da parte ré, que será contada do peticionamento nos autos.

Questão 56

Karoline, representada por sua mãe, Priscila, ajuíza ação de alimentos contra Rodrigo, suposto pai. Incidentalmente, há requerimento de exame pericial de DNA, que resta positivo. Diante disso, o juiz julga procedente os pedidos da parte autora, fixando em R\$ 27.000,00 mensais a pensão em favor de Karoline.

Sobre a hipótese, assinale a alternativa correta.

- a) A questão prejudicial, decidida expressa e incidentalmente no processo, também é atingida pelos efeitos da coisa julgada, se havido contraditório prévio e efetivo e competente o juízo, de modo que Rodrigo não poderá propor ação declaratória negativa de paternidade.
- b) A questão prejudicial, consistente na declaração da paternidade, não é afetada, em hipóteses alguma, pela coisa julgada pelo caráter incidental.
- c) A questão prejudicial somente será afetada pela coisa julgada caso haja requerimento das partes.
- d) A questão prejudicial somente será afetada pela coisa julgada se, do dispositivo da sentença, constar expressamente a análise da paternidade.

Questão 57

Igor propõe perante o juízo da 10ª Vara Cível de Curitiba/PR ação de execução contra Renato, em razão de cheque, no importante de R\$ 100.000,00, devolvido pelo banco por ausência de fundos. Renato possui bens apenas na cidade de Goiás, local em que mantém cinco fazendas. Diante disso, procede-se a execução por carta.

O oficial de justiça avalia a fazenda penhorada em R\$ 2.000.000,00, valor considerado excessivamente abaixo do valor de mercado por Renato.

Diante de tal situação, o procurador de Renato deverá propor embargos à execução:

- a) no juízo deprecante, responsável pelos atos executivos, também competente para processar e julgar os embargos.
- b) no juízo deprecado, dado que o ato fora praticado no cumprimento da carta precatória, não obstante o julgamento seja da competência do deprecante.
- c) no juízo deprecante ou deprecado, uma vez que ambos possuem competência concorrente para julgá-los.
- d) no juízo deprecante ou deprecado, embora o julgamento deva ocorrer perante o juízo deprecado, uma vez que a insurgência versa unicamente sobre irregularidade na avaliação do vem.

Direito Penal

Questão 58

Firmino, irritado com as constantes festas que seu vizinho Valentim promove à noite, atrapalhando seu descanso, resolve procurá-lo a fim de resolver definitivamente a situação. Para tanto, arma-se de uma arma de fogo e se dirige à casa de Valentim, vindo a encontrá-lo distraído. Ato contínuo, aponta a arma em sua direção a fim de efetuar um disparo contra sua cabeça. Contudo, Bethânia, que, por coincidência, havia acabado de chegar ao local, surpreende e consegue impedir Firmino de seu intento, retirando-lhe a arma de sua mão, evitando, assim, o disparo fatal. A conduta de Firmino, para o Direito Penal, pode ser enquadrada no ordenamento jurídico como

- a) arrependimento posterior.
- b) desistência voluntária.
- c) crime tentado.
- d) circunstância atenuante.

Questão 59

Tício, Servidor Municipal, que trabalha como fiscal de posturas públicas, durante fiscalização de rotina, encontra sérias irregularidades na construção de condomínio vertical (prédio residencial de apartamentos). Ao conversar com o construtor e proprietário do imóvel, o servidor ouve dele sugestão de "fechar os olhos" para as irregularidades e receber em troca um apartamento, mas apenas quando o prédio for concluído. O servidor aceita a proposta e não toma qualquer providência quanto às irregularidades. Ainda antes da entrega do apartamento é revelada a "combinação". É correto afirmar que Tício

- a) não praticou crime algum, pois o fato criminoso apenas se consumará com o recebimento do apartamento.
- b) não praticou crime algum, pois se trata de crime impossível, na modalidade impropriedade absoluta do meio.
- c) praticou corrupção passiva.

d) praticou corrupção passiva, na modalidade tentada.

Questão 60

Mário, reincidente, foi condenado a cumprir pena de dois anos. No cumprimento de sua primeira condenação, teve um livramento condicional revogado, além da falta grave reconhecida judicialmente. Como advogado, deve-se formular em seu favor

- a) progressão de regime havendo lapso e um novo pedido de livramento condicional desde que Pedro tenha cumprido metade de sua pena.
- b) um novo pedido de livramento condicional, desde que não tenha sido interrompida contagem do lapso pelo reconhecimento da falta grave.
- c) progressão de regime e um novo pedido de livramento condicional, não acarretando interrupção de lapso a falta grave reconhecida.
- d) somente progressão de regime havendo lapso, uma vez que não há possibilidade de um novo pedido de livramento condicional, em razão de uma revogação anterior do mesmo pleito.

Questão 61

Etevaldo foi condenado pela prática do crime de estelionato. Ao aplicar a pena, o juiz majorou a pena base indicando, entre as circunstâncias judiciais previstas no Artigo 59 do Código Penal brasileiro, os antecedentes de Etevaldo. Para tanto, o juiz observou que a Folha de Antecedentes Criminais de Etevaldo trazia 5 anotações, entre elas uma condenação não transitada em julgado pela prática do crime de falsidade ideológica. As demais anotações referiam-se a inquéritos policiais em andamento para a apuração de suposta prática do crime de estelionato.

Quanto à decisão do juiz, é correto afirmar que:

- a) a pena base não poderia ter sido majorada com fundamento nos antecedentes de Etevaldo, uma vez que não há condenação transitada em julgado na Folha de Antecedentes Criminais do acusado.
- b) a pena base foi majorada corretamente, uma vez que algumas anotações constantes da Folha de Antecedentes Criminais de Etevaldo se referem ao crime de estelionato.
- c) a pena base foi majorada corretamente, uma vez que há condenação, ainda que não transitada em julgado, na Folha de Antecedentes Criminais de Etevaldo .
- d) a pena base poderia ter sido majorada caso a condenação constante da Folha de Antecedentes Criminais de Etevaldo dissesse respeito ao crime de estelionato.

Questão 62

Tião e Capataz, companheiros de cela em determinada penitenciária, são assistidos pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Tião cumpre pena

de seis anos por furto qualificado e tem como antecedente criminal uma condenação de um ano e oito meses por crime culposo, já cumprida. Capataz, por sua vez, cumpre pena de nove anos por tráfico de drogas e não possui antecedentes criminais.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta a respeito do livramento condicional de Tião e Capataz.

- a) Capataz não fará jus ao livramento condicional, uma vez que foi condenado por crime equiparado a crime hediondo.
- b) Caso Tião cometa falta grave no cumprimento da pena, o prazo para seu livramento condicional será interrompido.
- c) A concessão do benefício do livramento condicional a Tião dependerá de ele cumprir um terço da pena e a Capataz de ele cumprir dois terços da pena.
- d) Apesar de ser hipossuficiente, Tião será beneficiado com o livramento condicional somente se reparar o dano causado em decorrência da prática do furto qualificado.

Questão 63

Desejando roubar um estabelecimento comercial, Valdeir rouba primeiramente um carro, deixando-o ligado em frente ao estabelecimento para a

facilitação de sua fuga. Quando Valdeir se afasta, Beto casualmente passa pelo local e, vendo o veículo ligado, opta por subtraí-lo, dirigindo ininterruptamente até ingressar em outro Estado da Federação. Nesse contexto, é correto falar que Beto cometeu crime de:

- a) receptação
- b) furto qualificado.
- c) roubo.
- a) furto.

Direito Processual Penal

Questão 64

Antônio Ribeiro foi denunciado pela prática de homicídio qualificado, pronunciado nos mesmos moldes da denúncia e submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri em 25/05/2015, tendo sido condenado à pena de 15 anos de reclusão em regime integralmente fechado. A decisão transita em julgado para o Ministério Público, mas a defesa de Antônio apela, alegando que a decisão dos Jurados é manifestamente contrária à prova dos autos. A apelação é provida, sendo o réu submetido a novo Júri. Neste segundo Júri, Antônio é novamente condenado e sua pena é agravada, mas fixado regime mais vantajoso (inicial fechado). A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- a) Não cabe nova apelação no caso concreto, em respeito ao princípio da soberania dos veredictos.
- b) A decisão do juiz togado foi incorreta, pois violou o princípio do ne reformatio in pejus indireta, cabendo nova apelação.
- c) A decisão dos jurados foi incorreta, pois violou o princípio do tantum devolutum quantum appellatum.
- c) Não cabe apelação por falta de interesse jurídico, já que a fixação do regime inicial fechado é mais vantajosa do que uma pena a ser cumprida em regime integralmente fechado.

Questão 65

Na fase de conhecimento, a prisão domiciliar

- a) não é propriamente uma prisão, de modo que não confere direito à detração.
- a) para ser concedida à mãe com filhos de até doze anos depende de comprovação da imprescindibilidade para os cuidados da criança.
- c) pode ser concedida ao preso se for imprescindível aos cuidados de pessoa com deficiência.
- d) para a gestante depende de comprovação do risco da gravidez ou de estar com pelo menos sete meses de gestação.

Questão 66

Analise as afirmativas abaixo e, a seguir, assinale a opção correta.

I - Oferecida a denúncia ou queixa, o juiz deverá citar o réu para a apresentação de resposta escrita em dez dias. Após tal manifestação da defesa, o juiz proferirá decisão de recebimento ou de rejeição da denúncia ou queixa apresentada.

II - O réu preso só deve ser interrogado por videoconferência quando presentes razões excepcionais previstas no Código de Processo Penal, devendo ser garantido, durante o ato, o acesso a canais telefônicos reservados para comunicação entre o defensor que esteja no presídio e o advogado presente na sala de audiência do fórum, e entre este e o preso.

III - Se o réu, citado pessoalmente, não apresentar a resposta no prazo legal, o juiz decretará sua revelia e proferirá decisão de saneamento do processo. A petição de resposta escrita não é termo essencial do processo e sua falta não enseja nulidade

- a) Apenas a assertiva I está correta
- b) Apenas a assertiva II está correta.
- c) Apenas a assertiva III está correta.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

Questão 67

Conforme a Lei n.º 9.099/1995 e o entendimento dos tribunais superiores, a suspensão condicional do processo:

- a) não será aplicável em caso de infrações penais cometidas em concurso formal, quando a pena mínima cominada resultante da incidência da majorante for inferior a um ano.
- b) será aplicável em caso de infrações penais cometidas em concurso formal, quando a pena mínima cominada resultante da incidência da majorante for superior a um ano, mas não ultrapassar dois anos.
- c) não será aplicável em caso de infrações penais cometidas em concurso material, quando a pena mínima cominada resultante do somatório for igual a um ano.
- d) não será aplicável em caso de infrações penais cometidas em continuidade delitiva, quando a pena mínima cominada resultante da incidência da majorante for superior a um ano.

Questão 68

No que diz respeito às provas no processo penal, assinale a opção correta.

- a) Para se apurar o crime de lesão corporal, exige-se prova pericial médica, que não pode ser suprida por testemunho.
- b) Se, no interrogatório em juízo, o réu confessar a autoria, ficará provada a alegação contida na denúncia, tornando-se desnecessária a produção de outras provas.
- c) As declarações do réu durante o interrogatório deverão ser avaliadas livremente pelo juiz, sendo valiosas para formar o livre convencimento do magistrado, quando amparadas em outros elementos de prova.
- d) O procedimento de acareação entre acusado e testemunha é típico da fase pré-processual da ação penal e deve ser presidido pelo delegado de polícia.

Questão 69

Assinale a opção correta acerca do processo penal e formas de procedimento, aplicação da lei processual no tempo, disposições constitucionais aplicáveis ao direito processual penal e ação civil ex delicto, conforme a legislação em vigor e o posicionamento doutrinário e jurisprudencial prevalentes.

- a) No momento da prolação da sentença condenatória, não cabe ao juízo penal fixar valores para fins de reparação dos danos causados pela infração, porquanto tal atribuição é matéria de exclusiva apreciação do juízo cível.
- b) Sendo o interrogatório um dos principais meios de defesa, que expressa o princípio do contraditório e da ampla defesa, é imperioso, de regra, que o réu seja interrogado ao início da audiência de instrução e julgamento.

- c) É cabível a absolvição sumária do réu em processo comum caso o juiz reconheça, após a audiência preliminar, a existência de doença mental do acusado que, comprovada por prova pericial, o torne inimputável.
- d) Lei processual nova de conteúdo material, também denominada híbrida ou mista, deverá ser aplicada de acordo com os princípios de temporalidade da lei penal, e não com o princípio do efeito imediato, consagrado no direito processual penal pátrio.

Direito do Trabalho

Questão 70

A empresa DBX LTDA, em razão de problemas financeiros enfrentados, decide, por ato unilateral, reduzir o salário de seus empregados na razão de 20%. Inconformado um dos empregados lesados, procura seu escritório com intuito de obter informações sobre a legalidade do ato. Sobre a alteração contratual:

- a) É lícita, cabendo ao empregador estabelecer as condições contratuais.
- b) É ilícita, podendo o empregador realizar a redução do salário somente quando reduzir a carga horária.
- c) É ilícita, sendo que qualquer alteração contratual deverá ser realizada por mutuo consentimento e desde que não resulte, direta ou indiretamente, em prejuízo ao empregado.
- d) É lícita, pois advinda de problemas financeiros, ônus que deverá ser suportado por empregado e empregador.

Questão 71

Determinada cafeteria, instalada no interior de uma Universidade passou a fornecer uniformes para seus empregados no qual foram impressos o slogan do estabelecimento e da instituição de ensino. Acerca do tema:

- a) Cabe ao empregador definir o padrão de vestimenta do seu empregado, desde que não seja utilizado símbolos ou logomarcas nas vestes.
- b) A higienização do uniforme é de responsabilidade do empregador.
- c) A higienização do uniforme, em qualquer hipótese, é de responsabilidade do empregado.
- d) Será lícita a inclusão no uniforme de logomarcas da própria empresa ou de empresas parceiras e de outros itens de identificação relacionados à atividade desempenhada.

Questão 72

Sandra, trabalhou por 3 anos na financeira "PAGUE BEM" S.A, sendo que a sua jornada de trabalho era das 08h00 as 17h00, e usufruía de 1 hora para refeição e descanso. Ao ser dispensada, ingressou com Reclamação Trabalhista requerendo horas extraordinárias a partir da sexta hora diária e

trigésima hora semanal, em razão de sua jornada se equiparar a carga horária dos bancários.

Desta forma, o pedido de Sandra deverá:

- a) Ser julgado procedente, pois o trabalho em financeira equipara-se ao trabalho bancário para fins de carga horária.
- b) Ser julgado improcedente, pois a carga horária laborada respeitou o limite constitucional de 8 horas diárias e 44 horas semanais.
- c) Ser julgado improcedente, pois a carga horária dos bancários segue o limite constitucional de 8 horas diárias e 44 horas semanais.
- d) Ser julgado procedente, sendo concedido o que ultrapassar a 36 hora semanal.

Questão 73

Mara foi contratada como Balconista na Padaria "Sonho Meu" Ltda, esta tida como uma microempresa, em razão de sua estruturação, mas que prezava pelo respeito à legislação trabalhista.

No dia da contratação, ela procedeu à entrega de seus documentos, bem como a de sua CTPS para anotação. Nesta hipótese, o empregador deverá:

- a) Realizar a anotação da data de admissão e a remuneração no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa no importe de R\$3.000,00 por empregado não registrado.
- b) Realizar a anotação da data de admissão e a remuneração no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de multa no importe de R\$800,00 por empregado não registrado.
- c) Realizar a anotação da data de admissão e a remuneração no prazo de 30 dias, sob pena de multa no importe de R\$800,00 por empregado não registrado.
- d) Realizar a anotação da data de admissão e a remuneração imediatamente, sob pena de multa no importe de R\$3.000,00 por empregado não registrado.

Questão 74

Mariana exerce a atividade de Química em um laboratório de uma grande indústria, laborando exposta a agentes insalubres em grau máximo, e recebendo adicional de 40%.

Recentemente, descobriu sua gestação e prontamente avisou seu empregador de sua condição. Nesta situação retratada, Mariana:

- a) Deverá ser afastada imediatamente de suas funções, sendo este obrigatório.
- b) Poderá ser afastada de suas atividades desde que apresente atestado emitido por médico de sua confiança que recomende seu afastamento.

- c) Poderá continuar exercendo suas funções, desde que apresente atestado médico, emitido por médico de sua confiança, informando que tais atividades não são prejudiciais a gestação.
- d) Deverá continuar laborando nas mesmas funções durante todo o período gestacional, mesmo que houver restrições médicas, sendo qualquer afastamento, sem remuneração.

Questão 75

O Sindicato dos Professores recebeu a notícia de que determinada empresa havia dispensado, sem justa causa, mais de 200 empregados, o que fez o sindicato da categoria intervir perante a empresa, enviando notificação a esta, com requisição de reconstrução desses empregados, haja vista a inexistência de negociação prévia para tais dispensas.

Sobre o ato do sindicato:

- a) Está correto, devendo haver negociação prévia para as dispensas plúrimas.
- b) Está incorreto, pois as dispensas plúrimas equiparam-se as dispensas individuais, não havendo necessidade de comunicação ao sindicato.
- c) Está correto, devendo haver comunicação ao sindicato da categoria com antecedência mínima de 60 dias.
- d) Está incorreto, pois as dispensas plúrimas equiparam-se as dispensas individuais, sendo necessária a comunicação ao sindicato somente em caso de dispensa por justa causa.

Direito Processual do Trabalho**Questão 76**

Paulo, após pedir dispensa em seu antigo emprego, resolve ingressar com Reclamação Trabalhista perante o seu ex-empregador, o que foi realizado pelo seu advogado recém-contratado e de sua confiança.

No entanto, cinco dias após a apresentação da contestação pela empresa, Reclamada, o empregado requer que seu patrono desista da ação, haja vista não querer mais se submeter a qualquer tipo de desgaste emocional que tal situação possa ocasionar.

Nesse caso:

- a) O juiz deverá intimar a parte contrária para se manifestar sobre o pedido, sendo sua concordância condição para extinção do processo.
- b) O juiz deverá deferir o pedido de ofício, independentemente de qualquer manifestação da reclamada.
- c) O juiz deverá indeferir o pedido, pois uma vez distribuída a ação não poderá haver desistência.

d) O juiz deverá intimar a parte contrária somente para ciência quanto a desistência.

Questão 77

Após a notificação da Reclamação Trabalhista ajuizada pelo ex- empregado, Roserval, a empresa "Corujinha" Ltda., pretende suscitar exceção de incompetência territorial, já que o local de ajuizamento da ação é diverso do local da efetiva prestação de serviço.

Acerca do procedimento que envolve tal instituto, a empresa deverá:

- a) Apresentar, no prazo de 10 dias da notificação, em peça que sinalize sua existência, a exceção de incompetência absoluta.
- b) Apresentar, no prazo de 5 dias da notificação, em preliminar de contestação, a exceção de incompetência relativa.
- c) Apresentar, na data da audiência, em peça que sinalize sua existência, a exceção de incompetência relativa.
- d) Apresentar, no prazo de 5 dias da notificação, em peça que sinalize sua existência, a exceção de incompetência relativa.

Questão 78

Em sede de execução, o exequente busca a satisfação de seu crédito, e não obtém êxito, sendo, neste momento, noticiado acerca de que o executado estava se desfazendo de seus bens, e repassando diversos valores para a sua conta de pessoa física.

Desta forma, Fernando, muito sábio, requereu a desconsideração da personalidade jurídica do executado, e de forma imediata.

Acerca da decisão que vier acolher ou rejeitar o incidente, observa-se:

- a) Diante da decisão que acolher ou rejeitar o pedido na fase de execução, cabível será agravo de petição.
- b) Da decisão que acolher ou rejeitar o pedido não caberá recurso por se tratar de decisão interlocutória, independente da fase processual.
- c) Da decisão que acolher ou rejeitar o pedido caberá mandado de segurança.
- d) Da decisão que acolher ou rejeitar o pedido caberá a interposição de recurso ordinário, pois tal decisão equivale a uma sentença.

Questão 79

Marcelle Dig Dig Joy e a Multinacional "Corujas" S.A resolvem colocar fim ao contrato de trabalho, de forma que celebram um acordo extrajudicial, e consignam os valores acerca das verbas salariais e indenizatórias que deverão ser pagos.

Assim, objetivando a homologação de tal acordo perante a Justiça do Trabalho, as partes deverão:

- a) Ingressar, de modo separado, com ação requerendo a homologação do acordo extrajudicial, e cada parte deve estar representada por seu advogado.
- b) Ingressar, por petição conjunta, com ação requerendo a homologação do acordo extrajudicial, devendo estar cada parte representada por seu advogado, sendo vedado o *jus postulandi*.
- c) Ingressar, de modo separado, com ação requerendo a homologação do acordo, podendo as partes se valer do *jus postulandi*.
- d) Ingressar, por petição conjunta, com ação requerendo a homologação do acordo, podendo as partes se valer do *jus postulandi*, ou ainda, através dos mesmos advogados.

Questão 80

Sr. Coruja ingressou com Reclamação Trabalhista postulando diversas verbas que entendia serem devidas pela empresa "Amor & Amor" Ltda. Em sede de análise do pleito, o juiz de direito, da Região interiorana de Minas Gerais, onde não exista jurisdição de Vara do Trabalho, sentenciou parcialmente procedente os pedidos realizados pelo Reclamante.

Assim, visando demonstrar a sua insatisfação com a sentença, Sr coruja deverá interpor:

- a) Recurso ordinário perante o TRT, no prazo de 8 dias úteis, podendo, inclusive, se valer do *jus postulandi*.
- b) Recurso de Ordinário perante a Justiça Comum, no prazo de 8 dias, não podendo valer do *jus postulandi*.
- c) Apelação ao Tribunal de Justiça, no prazo de 15 dias úteis.
- d) Recurso Especial perante o STF, no prazo de 15 dias.